

Mendonça, em 1º despacho, pede informações sobre Fundo Eleitoral

O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal, estreou em suas novas funções com um pedido de informações à Presidência da República e ao Congresso Nacional sobre a criação do Fundo Eleitoral de R\$ 5,7 bilhões aprovado pelos parlamentares. É o primeiro despacho de Mendonça na Corte desde que assumiu o cargo, no final do ano passado.



Mendonça quer informações sobre Fundo Eleitoral Marcello Casal Jr/Agência Brasil

"Em homenagem à segurança jurídica a ser necessariamente promovida pela jurisdição constitucional", Mendonça decidiu submeter a decisão ao Plenário da Corte, depois das duas manifestações que requereu. No caso, trata-se de uma [ação](#) do partido Novo contra a criação do Fundo Eleitoral.

Depois da Presidência e do Congresso, que devem se manifestar em cinco dias, Mendonça quer que a Procuradoria-Geral da República (PGR) e a Advocacia-Geral da União (AGU) também se manifestem, mas no prazo de três dias.

A ação

Na ação, o partido Novo defende que, para além da "imoralidade" que representa destinar bilhões para financiar as campanhas eleitorais em 2022, o dispositivo é formalmente inconstitucional. O autor da ação explica que o projeto saiu do Executivo com previsão de R\$ 2,1 bilhões e, por meio de emenda do Congresso, foi alterada a nova fórmula de cálculo para o aumento discricionário do Fundo em cerca de 200%, criando nova despesa na Lei Orçamentária Anual (LOA).

Leia o [despacho](#) de Mendonça

ADI 7.058

Date Created

12/01/2022